

O LIVRO DIDÁTICO DO NOVO ENSINO MÉDIO

EL NUEVO LIBRO DE TEXTO DE ESCUELA SECUNDARIA

THE NEW HIGH SCHOOL TEXTBOOK

PEREIRA, JERSE VIDAL

Mestre em Educação - UFT

E-mail: perieiravidal2@gmail.com

MACEDO, MARIA DE LOURDES L.

Mestre em Educação - UFT

E-mail: malutocantins@gmail.com

RESUMO

O artigo buscou discutir sobre os materiais pedagógicos, ou seja, o livro didático utilizado pelos professores do Novo Ensino Médio na prática docente na rede estadual de ensino do Tocantins a partir do primeiro semestre de 2022. A triangulação de métodos subsidia a análise dos dados, coletados por meio do *google.forms* com professores que atuam na área de ciências humanas e social aplicadas. A partir de questionário estruturado com questões objetivas, foi possível verificar discordâncias por parte dos professores sobre aspectos importantes de uma das coleções trabalhadas em escolas do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: : Material Didático; Ciências Humanas; Ensino Médio.

RESUMEN

El artículo buscó discutir los materiales pedagógicos, es decir, el libro de texto utilizado por los profesores de la Nueva Escuela Secundaria en la práctica docente en la red educativa estatal de Tocantins a partir del primer semestre de 2022. La triangulación de métodos sustenta el análisis de datos, recopilados a través de *google.forms* con docentes que se desempeñan en el área de las ciencias humanas y sociales aplicadas. Utilizando un cuestionario estructurado con preguntas objetivas, fue posible constatar inconformidades por parte de los docentes sobre aspectos importantes de una de las colecciones trabajadas en las escuelas del Estado.

PALABRAS CLAVES: Material didático; Ciencias Humanas; Escuela secundaria

ABSTRACT

The article sought to discuss the pedagogical materials, that is, the textbook used by New High School teachers in teaching practice in the state education network of Tocantins from the first semester of 2022. The triangulation of methods supports data analysis, collected through *google.forms* with teachers who work in the area of applied human and social sciences. Using a structured questionnaire with objective questions, it was possible to verify disagreements on the part of teachers about important aspects of one of the collections worked on in schools in the State.

KEYWORDS: Teaching Material; Human Sciences; High school.

INTRODUÇÃO

Somos professores da rede estadual de ensino do estado do Tocantins, há muitos anos na prática docente, e o material pedagógico utilizado nas salas de aulas, sempre foram uma das preocupações de nossa prática. Neste sentido, unidos ao desejo de uma produção em conjunto, propomos esta análise sobre o material de apoio aos estudantes do ensino médio, especificamente, o Livro Didático (LD) da área de humana. A nossa proposta é de discutir sobre o livro didático para o ensino médio, buscando a interpretação dos professores.

No sentido de abordar sobre o LD, Soares e Rocha (2005) salientam que, em 1938 através do Decreto-Lei 1.006 de 23 de abril de 1938, no âmbito da reforma Capanema, o livro didático passa a ser inserido como instrumento pedagógico de apoio para desenvolvimento dos currículos escolares. É possível afirmar ainda que, para além das críticas de especialistas, os manuais didáticos foram sendo aprimorados ao longo do século XX tornando-se assim, o principal recurso utilizado em sala de aula nas escolas brasileiras.

Não obstante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 passou a garantir como dever do Estado com a educação escolar pública, o atendimento ao educando através dos programas suplementares de material didáticos, viabilizados pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Percebe-se, portanto, um esforço na história da educação política brasileira, de aprimoramento deste recurso pedagógico, no qual o principal objetivo era garantir a qualidade do ensino.

Em 2022, no contexto da polêmica reforma que implementa de forma gradativa o Novo Ensino Médio, uma nova proposta de material didático é implantada no Brasil, suscitando debates nas comunidades escolares, mas também entre pesquisadores, sobretudo em função das mudanças percebidas. Um exemplo dessas mudanças, no caso da área de Ciências humanas, objeto deste estudo, é a abordagem dos objetos de conhecimentos, ou seja, os conteúdos, não mais de forma linear ou sequencial, mas a partir de temas geradores, o que demanda uma discussão interdisciplinar pelos professores que compõem a área (HARTMANN E ZIMMERMANN, 2007).

Diferentemente dos livros unitários por disciplina, válidos para todo o ano letivo no modelo anterior, temos os que agora são válidos para as quatro disciplinas da área, a saber, Geografia, História, Filosofia e Sociologia e válidos para apenas um semestre.

A exemplo desta, muitas outras mudanças foram introduzidas com as novas coleções, tornando a escola um cenário de debate e discussão, sobretudo por ter sido algo que, sem consulta prévia, modificou o cotidiano da sala de aula e tem forçado educandos e educadores a terem uma nova postura diante da produção de conhecimento. Neste sentido, a Escola passa a ser uma “arena” e um campo de disputas, como destacam Magalhães, Magalhães e Moura (2017)

As arenas são constituídas a partir de aspectos externos, oriundos de tipos de políticas de Estado e de Governo distintas; bem como, de aspectos internos da micropolítica escolar, relativos às próprias relações estabelecidas nesse contexto (MAGALHÃES, MAGALHÃES, MOURA, 2017, p. 2).

Neste sentido, partimos da premissa de que, assim como a reforma do Novo Ensino Médio representa em muitos aspectos retrocesso, especialmente por trazer em seu cerne a pedagogia das competências, como destacam Souza e Bairro (2021), minando a possibilidade de modificações estruturais na sociedade através da educação. Os materiais didáticos, sobretudo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, podem refletir este retrocesso na medida em que muitas das mudanças inseridas podem prejudicar não só a formação como um todo, mas a entrada do estudante na universidade.

As discussões trazidas por meio dos autores, e dos professores da rede estadual de ensino demonstram a preocupação com a reforma do ensino médio, tão desejada no Brasil, mas que pelo formato do desenvolvimento da proposta, tem sido vista com pesar e não com otimismo, bem como, as discussões sobre o material didático que apoia a área de humanas.

METODOLOGIA



Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.14), a “definição etimológica do termo: a palavra metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo”, ou seja, metodologia diz respeito aos caminhos do estudo, visando desenvolver ciência. Para Trujillo Ferrari (1974), ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação. Lakatos e Marconi (2010) acrescentam que, além de ser “uma sistematização de conhecimentos”, ciência é “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.”

Trujillo Ferrari (1974), por sua vez, considera que a ciência, atualmente, tem várias tarefas a cumprir, tais como: a) aumento e melhoria do conhecimento; b) descoberta de novos fatos ou fenômenos; c) aproveitamento espiritual do conhecimento na supressão de falsos milagres, mistérios e superstições; d) aproveitamento material do conhecimento visando à melhoria da condição de vida humana e e) estabelecimento de certo tipo de controle sobre a natureza. A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (GIL, 2008, p.8), para que seus objetivos sejam atingidos. O método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação, ou seja, é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.

Na busca de atender as reflexões dos autores citados anteriormente, delineamos que a pesquisa, sob o ponto de vista de abordagem do problema, será qualitativa, do ponto de vista de sua natureza, aplicada, do ponto de vista de seus objetivos, exploratória e, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, bibliográfica, documental e de campo. Em relação à pesquisa de campo, a coleta de dados será realizada por meio do Google.forms, o método da análise dos dados ocorrerá por triangulação de métodos. O quadro, a seguir, demonstra a cartografia da pesquisa:

Quadro 1 – A cartografia da pesquisa

Classificação da pesquisa	Procedimentos da pesquisa	Autores
Abordagem do Problema	Qualitativa	Gil, (2008); Prodanov, Freitas (2013)
Natureza da pesquisa	Aplicada	Gil, (2008); Prodanov, Freitas(2013)
Objetivos da pesquisa	Exploratórios	Gil, (2008); Prodanov, Freitas (2013);
Procedimentos técnicos	Triangulação de Métodos: Bibliográfico, Ambiental, Documental e de campo.	Gomes, (2004); Martins,(2006); Marcondes, Brisola (2014); Santos et al, 2020.
	Bibliográfico	Gil, (2008); Prodanov, Freitas (2013)
	Documental	Gil, (2008); Prodanov, Freitas(2013)
	Campo: google.forms	Monteiro, Santos(2019)
Participantes da pesquisa	Professores da área de Ciências Humanas, graduados.	Escolas da rede estadual

Fonte: criado pelos autores (2022).

Em relação à abordagem do problema de pesquisa ser qualitativa, consiste em que “a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.70).

Na pesquisa com abordagem qualitativa, considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Além disso, a pesquisa é descritiva.

Do ponto de vista de sua natureza, a abordagem objetiva gera conhecimentos para aplicação práticos dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa será exploratória, quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, e tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que será investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do



tema da pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

Em relação à pesquisa bibliográfica, o nome já a designa, ou seja, é a utilização de materiais já publicados, constituídos, principalmente, de “livros, revistas, publicações em periódicos de artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.54). Ainda segundo os autores, os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Desse modo, preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto.

Gil (2008) destaca, como principal diferença entre esses tipos de pesquisa, a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim como a maioria das tipologias, a pesquisa documental pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizar como o único delineamento utilizado para tal (BEUREN, 2006).

Segundo o referido autor, os documentos de primeira mão são os que não receberam nenhum tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. Os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. Neste estudo, utilizaremos de documentos de primeira e de segunda mão.

Em se tratando da triangulação de métodos, a articulação entre dados empíricos, autores que tratam da temática estudada e análise de conjuntura configura-se como uma possibilidade, dentre várias outras, para os que se propõem minimizar o “distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa” (GOMES, 2004, p.69). Diante disso, Marcondes e Brisola (2014, p.204) esclarecem:

(...) na Análise por Triangulação de Métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade.

Em relação à triangulação como estratégia de análise de um estudo, destacamos que a “confiabilidade (...) poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas” (MARTINS, 2006, p.80). Ademais, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.), “a convergência de resultados provenientes de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo”.

Esta proposta de análise de materiais didáticos será pautada, para além das fontes primárias que são os próprios materiais a serem analisados, por pesquisa bibliográfica e por coleta de dados através de formulário do Google Forms no qual, professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas emitirão a partir de questões objetivas de múltipla escolha, sua opinião acerca dos materiais que passaram a ser utilizados em 2022.

Monteiro e Santos (2019), ao analisarem a ferramenta Google Forms como instrumentos de avaliação ressaltam que:

Os resultados por ela obtidos refletem os questionamentos em busca da qualidade e eficiência. Assim, avaliar os resultados supõe também a existência de uma metodologia adequada de coleta de informações que seja precisa e objetiva. (MONTEIRO E SANTOS, 2019, p. 28)

Para tanto, este instrumento permitirá a realização de uma pesquisa que terá como objetivo mais amplo e geral discutir sobre os materiais pedagógicos e ou livro didático utilizados pelos professores do Novo Ensino Médio na prática docente na rede estadual de ensino do Tocantins a partir do primeiro semestre de 2022.

Faz-se necessário nos ancorarmos em autores que, por já terem se debruçado sobre a temática, nos permitirão reflexões mais consistentes. Assim, autores como Soares e Rocha (2005), Hartman e Zimmerman (2007), Magalhães, Magalhães



e Moura (2017), Silva (2019), Sousa e Bairro (2021) e Vale (2021) nos permitirão promover um melhor diálogo a partir da análise dos dados coletados.

No que diz respeito aos materiais didáticos que servirão de base para nossa reflexão, a coleção Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da editora Moderna atualmente é trabalhada por professores da referida área em escolas do Tocantins e será, a partir de um olhar crítico dos professores, objeto de nossa reflexão. Ela é composta de seis fascículos utilizados em cada série por semestre.

A seguir, como forma de compreender o contexto no qual está ocorrendo a inserção de novos materiais didáticos, abordaremos a reforma que implantou o programa Novo Ensino Médio, analisando desde sua gênese, bem como, o percurso de tramitação e discussão no congresso, até o momento de sua implementação.

O NOVO ENSINO MÉDIO

O programa Novo Ensino Médio que passou a ser implementado em 2022, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017) de forma gradativa e com previsão de ser concretizado até 2024, é resultado de um processo envolvendo “divergências de projetos em torno dos seus objetivos, muitas vezes dicotomizados em propostas de escolarização propedêuticas e humanística e/ou voltada para a formação técnica-profissional. (...)” (SOUZA, BAIRO, 2019, p. 58)

Especificamente com relação à área de Ciências humanas e sociais aplicadas, após a prevalência da visão mercadológica, voltada para a formação técnica da classe trabalhadora, em detrimento de uma educação mais ampla do ser humano, foi evidente o retrocesso imposto, marcado entre outras coisas pela redução da carga horária não só de Geografia e História que

perderam metade das aulas semanais, mas também em Filosofia e Sociologia que deixam de constar da grade prevista para a terceira série, como podemos perceber no quadro abaixo.

Quadro 2 – Carga horária de Humanas para o Novo Ensino Médio por série

Componentes curriculares da área de Humanas	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Filosofia	1	1	
Geografia	1	1	1
História	1	1	1
Sociologia	1	1	

Fonte: Resolução SEDUC-TO 025, de 13 de janeiro de 2020.

Importante ressaltar que a já citada redução, ocorrida não apenas na área de Ciências Humanas, veio acompanhada da inclusão no currículo escolar de forma inédita, pelo menos nas escolas da modalidade regular, da parte diversificada, composta pelas disciplinas Eletivas, Projeto de Vida e pelas trilhas de aprofundamento.

Notadamente na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, são perceptíveis mudanças que, já em curto prazo, podem trazer consequências negativas. Como exemplo, temos a redução da carga horária nas quatro disciplinas que integram a área, minando a possibilidade de discussões mais aprofundadas e por tanto de se atingir a criticidade no educando. Esta redução pode ser evidenciada quando comparamos a carga horária do quadro 2 com a carga horária do quadro 3 que apresenta a carga horária que prevaleceu para a área até o ano de 2021.

Quadro 3 – Carga horária anterior ao Novo Ensino Médio.

Componentes curriculares da área de Ciências Humanas	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Filosofia	1	1	1
Geografia	2	2	2
História	2	2	2



Sociologia	1	1	1
------------	---	---	---

Fonte: SEDUC-TO, 2017.

O Novo Ensino Médio, de acordo com SILVA (2018, p.4) apesar de ter sido implantado pela Lei 13.415 de 2017, “tem sido pensada já há algum tempo por nossos legisladores”. Explicitando sobre, surge com o projeto de lei 6.840 do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) que passa a tramitar no congresso, sofrendo avanços e recuos, ao mesmo tempo que tinha assessoria de grupos privados, como por exemplo, Alfa e Beto, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e do Todos pela Educação. Ainda de acordo com Silva (2018, p. 4), estes grupos passaram a “endossar” a necessidade de um currículo diversificado e atrativo, uma formação mais técnica que teórica bem como restrições para a oferta de ensino noturno.

Relembrando dos fatos, com o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, o já citado projeto ganha mais visibilidade e um defensor ávido por o implementar, criando condições para a sua celeridade no legislativo, o presidente Michel Temer. Sobre isso, SILVA (2018, op cit) ressalta que, é importante desvelar porque esta medida tramitou em caráter de urgência e porque foram despendidos tantos esforços para a sua aprovação.

É importante lembrar que, pelo caráter de retrocesso, marcado sobretudo a partir do que era apresentado nos diversos artigos, rapidamente o projeto de lei 6.840ⁱ ganha oposição entre os especialistas em educação e dos movimentos sociais ligados à defesa da qualidade do ensino, culminando no Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Assim, artigos que versavam, por exemplo, sobre a defesa de um currículo atrativo, sobre uma formação mais técnica que teórica e sobre a restrição de oferta do ensino noturno passaram a ser objeto de pressão no sentido de haver modificação e ou substituição ao longo da tramitação.

A despeito da atuação dos movimentos sociais contrários à aprovação, surge a PEC 241/2016 que no Senado estava sob o número 55/2016. Assim, em caráter de urgência, favorecidos pelo novo contexto político, fruto do golpe jurídico/parlamentar que retirou Dilma Rousseff da presidência e ignorando as vozes e defesas dos movimentos, evoluiu para a sanção da MP 746 sob a Lei 13.415 de 2017.

Foi nesse contexto que surgiu paralelamente, mas fazendo parte da reforma, a proposta de novos materiais didáticos para o triênio 2022-2024 a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras. E assim como a reforma, as modificações nos livros didáticos não foram acompanhadas de discussões com os segmentos interessados a saber, professores, alunos e a própria comunidade escolar.

Na subseção que segue, apresentamos uma breve discussão sobre a coleção já mencionada, a partir das informações coletadas através do formulário do Google Forms com questões estruturadas que julgamos pertinentes e que, em alguma medida, contribuem para o debate.

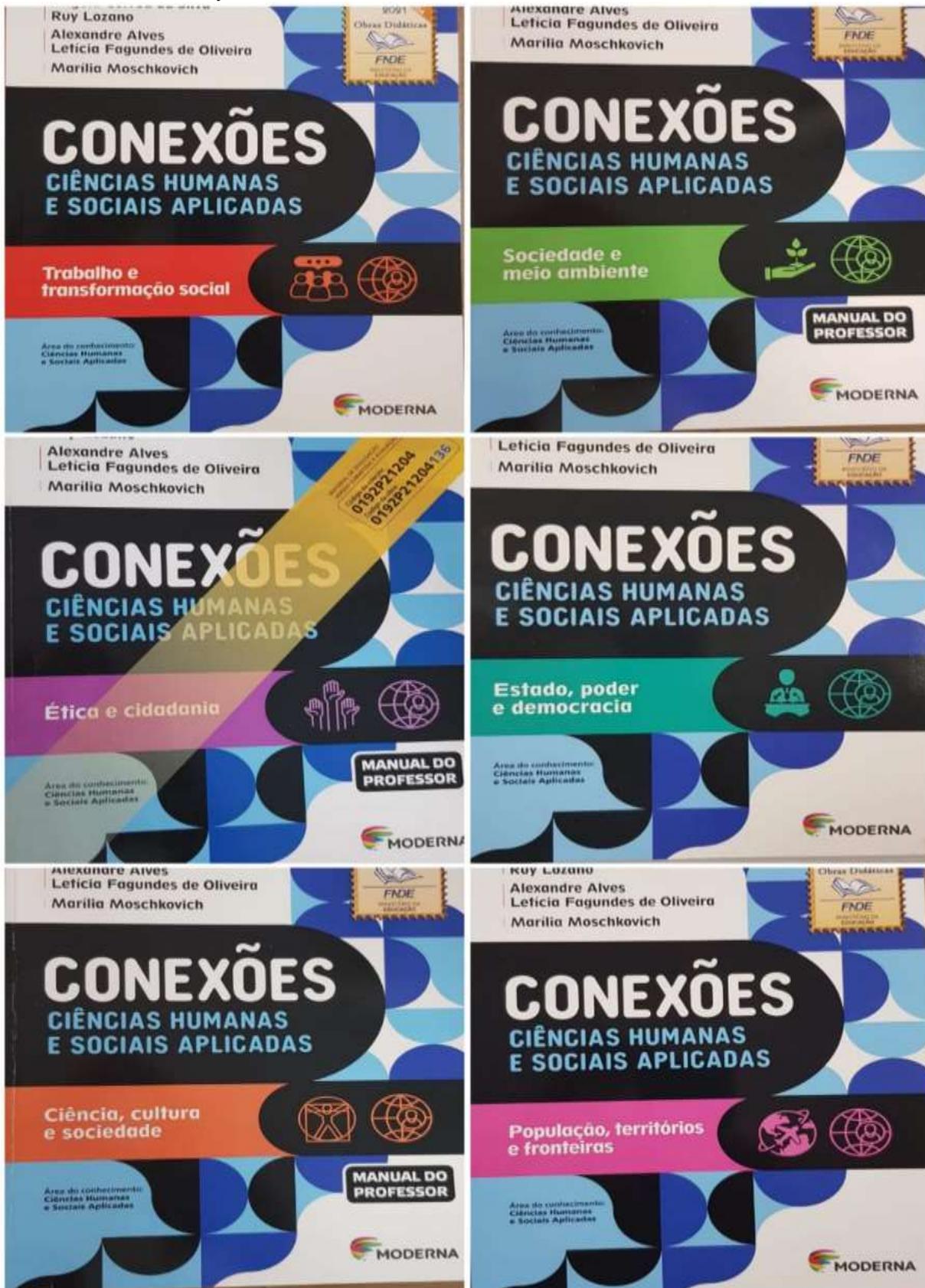
A COLEÇÃO ESCOLHIDA

A coleção da editora Moderna que aqui serve de objeto de reflexão tem o título Conexões e está organizada em seis fascículos ou volumes como pode ser observado na gravura abaixo. Assim, cada volume, tendo seus objetos de conhecimentos organizados a partir de temas geradores, compreendem conteúdos que, em tese, amparam as quatro disciplinas da área de Ciências humanas.

Para tanto, os seis fascículos ou volumes abordam seis temáticas diferentes, quais sejam: volume 1 – Ciência, cultura e Sociedade; volume 2 – População, território e fronteiras; volume 3 – Sociedade e meio ambiente; volume 4 – Ética e cidadania; volume 5 – Estado, poder e democracia e, volume 6 – Trabalho e transformação social.



Gravura 1 – Volumes da coleção conexões



Fonte: COTRIM, Gilberto; et. al, Conexões, Ciências humanas e sociais aplicadas, Moderna, São Paulo, 2021.



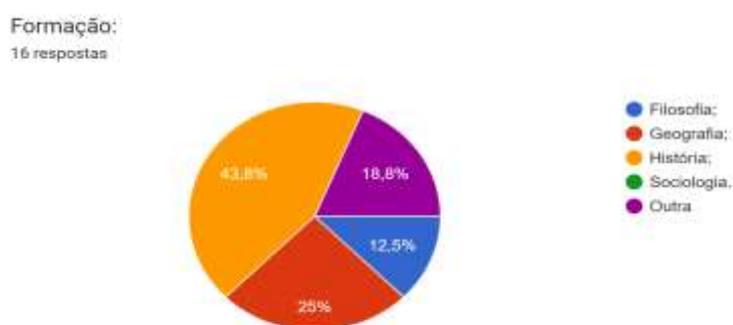
O LIVRO DIDÁTICO E A INTERPRETAÇÃO DOS PROFESSORES

Para a discussão realizada dos seis fascículos que compõem a coleção trabalhada em escolas do Tocantins no triênio 2022-2024, utilizamos formulário do Google Forms previamente estruturado com questões que, em graus de importância diferentes, tinham como objetivo a apreensão da percepção dos professores sobre a referida coleção. Assim, com exceção da primeira questão sobre o local de trabalho do professor e da segunda sobre a formação acadêmica, todas as demais estão diretamente relacionadas com a percepção do professor sobre o material analisado.

A primeira, sem exigir a identificação, atende à necessidade de demonstrar o alcance da pesquisa a nível de Estado. Neste sentido, dezesseis professores de oito escolas da rede estadual de ensino e um Instituto Federal do Tocantins, localizadas nas cidades de Araguaína, Arraias, Araguañã e Palmas responderam ao questionário enviado, atendendo de uma certa forma o aspecto do alcance que a pesquisa pretendia atingir, haja vista que as referidas cidades estão localizadas na região norte, central e sudoeste do Tocantins.

No que diz respeito à formação, o gráfico a seguir ilustra não a lotação de cada professor, mas o curso acadêmico de cada um. Além dos componentes curriculares de Geografia, História, Filosofia e Sociologia, alguns professores que atuam na coordenação pedagógica, responderam o questionário, e também analisaram o material.

Gráfico 1 – Formação dos professores



Fonte: o próprio formulário enviado aos professores para coleta das informações (2022).

É possível afirmar, que as análises efetuadas pelos profissionais integrantes da pesquisa, que não são leigos na educação, e que expressam as suas dificuldades em trabalharem e ou auxiliar os professores com o referido material, que a qualidade do material deixa a desejar.

É necessário ressaltar que as opiniões que por vezes se contradizem refletem algo que em alguma medida pode ser visto como resultado do processo de implementação da reforma, no qual, faltou e falta formação continuada não apenas sobre a própria reforma, mas também sobre os materiais que chegaram para as escolas.

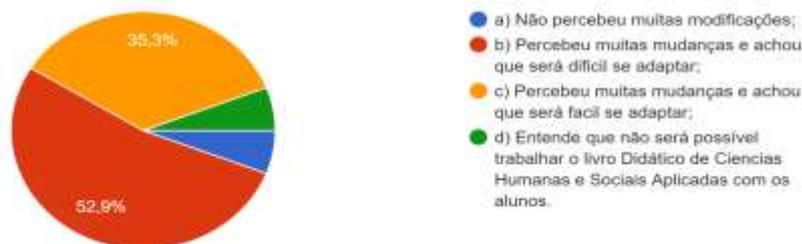
Como exemplo dessas contradições podemos citar o fato de que, quando perguntado na terceira questão sobre as impressões obtidas no primeiro contato com a coleção, 58,6% afirmaram que, ou perceberam muitas mudanças e que será difícil a adaptação ou entenderam que não será possível trabalhar os livros em sala, dado as mudanças introduzidas, sem muito nexo ou sentido, conforme evidenciado no quadro a seguir:



Gráfico 2: Sobre o primeiro contato dos professores com o livro didático

Professor, após o primeiro contato com os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas das coleções para o Novo Ensino Médio do triênio 2022/24, você:

17 respostas



Fonte: o próprio formulário enviado aos professores para coleta das informações (2022)

Por outro lado, quando perguntados sobre a qualidade das atividades e sobre a disposição dos mapas, imagens e gravuras dispostas ao longo dos fascículos, a maior parte dos professores consideraram como boas ou regulares, demonstrando a necessidade de uma análise mais cuidadosa ou até mesmo, evidenciando o quanto o material se mostra confuso.

Para além do caráter contraditório de alguns apontamentos por parte dos professores, faz-se necessário reiterarmos duas mudanças introduzidas, e significativas e que, necessitavam de ampla discussão. A primeira versa sobre a disposição dos conteúdos (objetos de conhecimentos). Nos fascículos que compõem a coleção temos uma organização não sequencial, com abordagem a partir de temas geradores, a serem trabalhados pelos professores dos respectivos componentes da área de forma integrada e interdisciplinar, tendo em vista que o educando atinja as habilidades e competências previstas.

A esse respeito, os professores demonstraram em sua maioria, que terão dificuldade de adaptação, como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3: Sobre a discussão dos objetos de conhecimento a partir dos temas geradores

No que tange à discussão dos objetos de conhecimento a partir de temas geradores, você considera:

17 respostas



Fonte: o próprio formulário enviado aos professores para coleta das informações.

Percebe-se, portanto, com a introdução dos temas geradores, uma mudança no sentido de forçar a abordagem interdisciplinar dos objetos de conhecimento por parte de professores e alunos, algo que se expressa como preocupação por parte dos docentes. Se somarmos os que perceberam a mudança como boa, mas com problemas (52,9%) com os que as percebem como ruim (17,6%), teremos 70,5% de professores que veem problemas nessa nova de disposição e abordagem dos objetos.



Essa preocupação evidencia, a priori, tanto a necessidade de formação para uma melhor compreensão da proposta dos novos materiais, quanto a formação continuada, objetivando o sucesso na sua utilização correta em sala de aula.

Bandeira (2012), citando Alvarez (1991) aponta que, ao analisarmos materiais didáticos há a necessidade de uma formação quando afirma que

(...) a escolha do texto (livro) é uma das poucas autonomias que o professor ainda possui no exercício de sua profissão. Porém, as condições precárias de trabalho do professor, o número demasiado de coleções a serem analisadas, somadas às possíveis lacunas na orientação em sua formação, a escolha do livro didático, termina por ser feita de maneira aleatória, caótica, em lugar de ser uma opção consciente. (...)” (BANDEIRA, et. al, 2012, P. 2)

A segunda modificação não menos relevante se refere ao fato de os fascículos previstos para o semestre serem objeto de discussão de forma integrada, para os quatro componentes curriculares da área. Assim, a título de ilustração, podemos recorrer ao fascículo População, Territórios e Fronteiras da coleção Conexões, organizada por Gilberto Cotrim, da editora Moderna.

Em uma situação hipotética em que o referido fascículo foi escolhido para ser trabalhado na primeira série, o tema gerador - Território e Poder, deverá ser trabalhado de forma conjunta pelas quatro disciplinas que compõem a área, demandando, portanto, como já mencionado, uma nova abordagem e uma nova maneira de produzir conhecimento em sala de aula.

Neste sentido, para o mesmo objeto de conhecimento sugerido, o professor de História trará o enfoque histórico, em geografia, o professor trabalhará com a turma o enfoque geográfico, assim sucessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral do estudo, consideramos que se efetuou o enfoque sobre o material didático utilizado para a área de ciências humanas e sociais aplicadas, no novo ensino médio. A nossa interpretação é de que precisávamos há muito tempo de uma reforma para o Ensino Médio, sobretudo que resolvesse os problemas que há muito, se colocam como gargalos dessa fase do ensino no Brasil. No entanto, a reforma que se apresenta não atende às necessidades, haja visto que, da forma como foi implementada, retira dos estudantes a possibilidade de concorrer vagas das boas universidades seja através de um vestibular ou pelo ENEM, e especialmente, não o prepara para o exercício da cidadania, uma vez que os componentes que poderiam ampliar a visão de mundo através de amplos debates, estão praticamente inativas tendo em vista a redução da carga horária.

É uma reforma que não respeita os professores, não respeita os estudantes, e que serve a muitos interesses, exceto, a escola, à sociedade e dos trabalhadores que necessitam de tanto amparo.

No que se refere ao material didático analisado, verificamos problemas que, de uma forma geral permite afirmarmos que a coleção se mostra empobrecida, principalmente por não dispor de muitos objetos de conhecimentos ainda cobrados no ENEM, vestibulares e concursos. Também se mostrou confusa, seja por falta de formação, seja pela inserção da organização dos conteúdos a partir dos temas geradores, o que demanda um certo tempo para adaptação por parte de professores e alunos.

Em relação ao material didático para a área de humanas, estão na mesma linha da reforma, a BNCC afirma que o atendimento necessita, atender a cada localidade, mas o livro é o único para o Brasil, cada a regionalidade, as especificidades atendidas no LD, não encontramos. Infelizmente é fato, o LD não atende...



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

Conselho Estadual de Educação do Tocantins – CEE. Resolução 025, de 13 de janeiro de 2020.

HARTMANN, Angela Maria; Zimmermann, Érika. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: a reaproximação das duas culturas. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. Vol. 7 No 2, 2007.

MAGALHÃES, Caroline Stéfanie Campos Arimatéia; MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues; MOURA, Dante Henrique. Arena política da educação profissional na reforma do Ensino Médio. In: IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional: A produção do conhecimento da Educação Profissional. Natal - RN, 24 a 26 de julho de 2017.

MONTEIRO, Renata Lúcia de Sousa Gaúna; SANTOS, Dayane Silva. A utilização da ferramenta Google forms como instrumento de avaliação na Escola Superior de Guerra. Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (online). Rio de Janeiro: v.4, n.2, 2019. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/72/106>

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e a educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma da educação, vol. 43, núm. 3, 2018, julho-setembro, pp. 521-534, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

SOARES, Flávia; ROCHA, José Lourenço da. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Diático. ZETETIKE – Cempem – FE – unicamp – v. 13 – n. 24 – jul./dez. 2005

SOUZA, José Vítor Rossi; BAIRRO, Gabriel Pinto de. Os livros didáticos de Geografia do Novo Ensino Médio. Ateliê de pesquisas e práticas do ensino de Geografia, Seção Campinas, 2021. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3658>

VALLE, Leonardo. Reforma deve impactar pensamento crítico e não garantir empregabilidade. Instituto Claro. 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/novo-ensino-medio-reforma-deve-impactar-pensamento-critico-e-nao-garantir-empregabilidade/>

NOTAS

ⁱ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

